

PIBID História: relato de experiência enfocando a educação patrimonial para jovens e adultos

PIBID História: experience report on heritage education to young and adults

Rubson Santos de Jesus¹

Laura Paiva Matos Fontes²

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar o relato de experiência de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) PUC Minas, área de História, em que o tema abordado é a educação patrimonial, com enfoque no Patrimônio imaterial. Tem como propósito relatar como foi desenvolvido o projeto junto aos alunos do EJA, seus desdobramentos, desafios, fundamentos, bem como apontar novas possibilidades de abordagem da temática em sala de aula. O trabalho foi realizado na Escola Estadual Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), sob supervisão da Professora Edva Martins no ambiente escolar, e da Prof^a. Coordenadora Lorene dos Santos nas reuniões por área na PUC Minas.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial. EJA. PIBID.

ABSTRACT

The present report of experience aims to present the experience report of the scholarship recipients of the Institutional Program of Initiation to Teaching (PIBID) PUC Minas, of the area of History, whose theme is heritage education, with a focus on Intangible Heritage. This article has as its purpose to report how the project was developed with EJA's students, its unfolding, challenges, foundations, as well as to point out new possibilities for approaching the theme in the classroom. The Project was carried out in the Escola Estadual Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), under supervision of teacher Edva Martins at school environment, and the Coordinator Professor Lorene dos Santos in the meetings by area at PUC-Minas.

Key-words: Intangible Heritage. EJA. PIBID.

1 INTRODUÇÃO

Criado em 2007, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

¹ Graduando do 8º período do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista do Programa de Iniciação à Docência PIBID/CAPES/PUC-MG.

² Graduanda do 8º período do curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista do Programa de Iniciação à Docência PIBID/CAPES/PUC-MG.

Superior (CAPES), visa valorizar a formação de professores para a educação básica. O PIBID disponibiliza bolsas aos alunos de licenciatura, e volta-se para a inserção na escola pública desde o início da sua formação, desenvolvendo atividades didático-pedagógicas sob a orientação de um professor.

O Programa busca aproximar os licenciandos e as Instituições de Ensino Superior com as Instituições de Ensino Básico, para que estes melhor entrecruzem teoria e prática no ensino. Desta forma, ele se volta tanto para a formação dos futuros professores como também funciona como um importante fator de formação continuada para os professores da escola pública. Volta-se para a atualização e a melhoria das práticas na escola e para a escola.

O subprojeto do PIBID de História no âmbito da PUC Minas tem como ênfase:

Temas que valorizem a diversidade cultural e promovam o combate às desigualdades sociais ainda presentes na sociedade brasileira; Promoção de práticas no campo da Educação Patrimonial, com destaque para o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural de grupos socialmente marginalizados e para os estudos de história local e regional; Produção de materiais didáticos e de práticas pedagógicas voltadas ao trabalho com a diversidade cultural e étnico-racial. (PIBID PUCMINAS, HISTÓRIA, 2012, p. 2).

Respaldados nos eixos basilares do subprojeto de História, junto com a supervisora na escola, concordamos em trabalhar a Educação Patrimonial enfatizando como espaço e objeto, os patrimônios imateriais em Minas Gerais.

A realização do projeto aconteceu na Escola Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), localizada no bairro Funcionários, em Belo Horizonte. “É uma das mais tradicionais escolas públicas do Brasil e um dos monumentos mais significativos do conjunto arquitetônico e paisagístico de Belo Horizonte” (CAMPOS, 2012, p. 8), observa Ronaldo Campos, professor de História da instituição. A turma de atuação do projeto (turma A) foi o 1º ano de Educação para Jovens e Adultos (EJA) no horário de aula noturno. As atividades foram realizadas no 1º semestre de 2016, abrangendo os meses de abril a junho.

A turma era composta por estudantes na faixa etária de 20 a 60 anos, moradores de várias regiões de Belo Horizonte e regiões metropolitanas, que em sua maioria, frequentavam a escola depois do horário de trabalho, tendo como itinerário cotidiano habitual trabalho – escola – casa.

2 O PROJETO: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E MINAS GERAIS

O projeto se apoia teoricamente pela discussão sobre o patrimônio cultural e sua importância, bem como a introdução dessa discussão através do processo de aprendizagem por meio da Educação Patrimonial.

Para se entender as implicações deste debate, é preciso uma definição conceitual do que aqui se apresenta como patrimônio cultural. Essa definição segue a própria Constituição Federal, no seu Artigo 216, que conceitua como patrimônio cultural:

Bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. [...] Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p.1).

Na definição acima, pode ser observada a sua noção mais ampliada, já contando com bens de natureza imaterial, em seus artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, cujo projeto trata mais especificamente:

Transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2017, p.1).

Como observa Eliane Freire (2011), a proteção, a valorização e a seleção de bens culturais são construções coletivas baseadas nos signos e valores dados por diferentes setores da sociedade, ou seja, a garantia de preservação de determinado bem cultural, vai depender do valor simbólico atribuído a ele pela sociedade. Sua prática e preservação não se justificam por si mesma, é preciso que os grupos sociais se reconheçam nas práticas que permeiam a vida desses grupos e que avaliem se eles fazem parte do processo de constituição de sua identidade. Portanto quando se trata da preservação / valorização de patrimônios imateriais é preciso ir além de instrumentos

legais e uma legislação específica. “São necessários processos de reflexão, essenciais na formação de uma consciência patrimonial que permita valorizar/preservar o patrimônio cultural e natural da sociedade brasileira.” (BRAGA, 2011, p.20). Esse processo de reflexão está inserido em ações governamentais e não governamentais que desenvolvam programas de Educação Patrimonial.

Além disso, podemos dizer que a Educação Patrimonial deve:

[...] Primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais, onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. (AIRES et al, 2011, p.14).

Entre outros, o processo de ensino formal se apresenta como ambiente propício para realização dessas ações, no entanto, tem funcionado como ambiente no qual a discussão do tema se mostra pouco frequente, tanto na agenda do ensino fundamental quanto na do ensino médio brasileiros, segundo Freire (2011, p.11). Quando buscamos inserir esse debate no projeto, procuramos entender a Educação Patrimonial como:

[...] Uma estratégia de visibilidade dessa teia que envolve o ato educativo, colaborando de modo fundamental para dar sentido ao vivido, ao construído e ao aprendido, estabelecendo vínculos duradouros entre identidade memória e cidadania. (AIRES et al, 2011, p.18).

A elaboração do projeto foi proposta, inicialmente, nas reuniões de equipe na Instituição de Ensino Superior (IES) junto à coordenação de área. Decidimos então, sistematizar o projeto em um cronograma, considerando o número de aulas e de alunos que teríamos para desenvolvê-lo na escola. Foram-nos disponibilizadas sete aulas com duração de 40 minutos, duração para a qual o projeto deveria ser adaptado.

As aulas elaboradas se organizaram da seguinte forma: início (sendo proposto o conteúdo abordado de maneira introdutória), desenvolvimento (consistindo em aprofundar o assunto), conclusão e considerações junto aos estudantes; nos 40 minutos de duração de cada aula.

O conteúdo trabalhado em sala abordou as descrições conceituais de patrimônio material, imaterial, suas diferenças e a relação destes com os conceitos de memória e identidade. Como metodologia de ensino, utilizamos de aulas expositivas, leitura de imagens, leitura coletiva da sala, exposição de vídeos, jogo didático, aplicação de um trabalho para a turma e, por fim, a exposição temática de culinária relacionada às aulas

ministradas. Os recursos didático-pedagógicos que utilizamos assim constituíram-se por imagens, vídeos, música, atividade com pilão, texto e jogo pedagógico. O cronograma das atividades foi apresentado da seguinte forma:

Cronograma de atividades do Projeto Patrimônio Imaterial

Aula	Metodologia	Descrição da Atividade
29 de Abril de 2016	Introdução	Breve introdução do conteúdo a ser aplicado, seguido de um diagnóstico da turma para planejamento das próximas aulas.
13 de Maio de 2016	Leitura de imagens	Divisão da sala em grupos, aplicação de roteiro para nortear a análise das imagens.
02 de Junho de 2016	Leitura Coletiva; Atividade Prática	Leitura coletiva do texto “Existe ou não existe a chamada mineiridade?” de Leonildo Miranda. Seguido de atividade prática com um pilão.
03 de Junho de 2016	Aula expositiva; Exposição de vídeo	Aula expositiva na biblioteca com a reprodução de um vídeo.
10 de Junho de 2016	Jogo sobre Patrimônio Imaterial	Aplicação de jogo baseado no jogo Perfil (Grow).
17 de Junho de 2016	Apresentação do Trabalho	A turma apresentou os trabalhos desenvolvidos sobre patrimônio imaterial.
26 de Junho de 2016	Música; Culinária Temática	Lanche temático sobre a culinária mineira como forma de materialização da discussão sobre patrimônio imaterial, seguido de uma música sobre Minas Gerais.

Fonte: Cronograma de atividades realizadas no IEMG no primeiro semestre de 2016.

Até então, nossa experiência no PIBID estava voltada para o ensino regular, diante disso nos deparamos com um desafio que iria nos acompanhar durante todo o percurso traçado com a turma do EJA, da seguinte forma: como elaborar e adaptar as atividades que pensamos, para o perfil dos alunos do EJA, considerando que

A condição de ser trabalhador também faz com que a escola reorganize sua lógica, adaptando-se à realidade desses alunos e não obrigando-os a se adaptar a uma estrutura pensada para crianças que não trabalham e tem o estudo como centro de sua vida. (LEITE, 1996, p.104).

Considerando também despertar o interesse dos alunos para o aprendizado, a fim de que não ocorra evasão considerável destes nos dias de atuação do PIBID. Como afirma Leite:

As pessoas que vem aprender, não são somente estudantes, são trabalhadores, fazem outras coisas. (...) Estes cursos devem ser funcionais, devem servir para o projeto de vida do jovem adulto. (...) a pessoa deve levar para casa algo que aprendeu. (...) Do contrário, abandonará as aulas. (LEITE, 1996, 22).

Com base nas considerações de Lúcia Helena Alvarez Leite, visamos então partir das reflexões de Vasconcelos (2012), de sempre estarmos atentos e abertos a caminhar com o conteúdo, levando como consideração primeira às experiências dos próprios estudantes, ou seja: “Ao planejar, o professor deve, como ponto de partida, responder a seguinte questão: *Para quem planejo?*” (VASCONCELOS, 2012, p.79).

Essas reflexões exigiram o aprimoramento e a sensibilidade de estarmos sempre fazendo o exercício de escutar atentamente às indicações dos estudantes, para que pudéssemos desenvolver como retorno de suas próprias experiências e como forma de potencializar o ensino. O sentido próprio de utilizar das experiências dos estudantes requereu o tênue movimento de perceber a turma enquanto coletividade, ao mesmo tempo em que a própria diversidade da turma em termos de heterogeneidade dos alunos, deveria ser posta em plano para que as aulas tivessem o sentido de integração/inclusão e não de exclusão.

Outro desafio que demandou discussão sobre como proceder em sala de aula foi em relação à racionalização do tempo da aula. Orientados pela professora supervisora, entramos em consenso de que as aulas expositivas deveriam estar circunscritas à duração de dez minutos, ao passo que no tempo restante (trinta minutos), a aula seguisse com participação e entrosamento estudantes-estudantes e estudantes-professor. Desse modo, foi de importância que usássemos de criatividade na elaboração de outras atividades e outros recursos de maneira a provocar nos alunos interesse, participação, capacidade crítica de percebê-los como sujeitos históricos e evitar a dispersão causada pelo cansaço originado da rotina desses estudantes.

A todo momento nos preocupamos em transpor o conteúdo que estava sendo trabalhado para o presente, como forma de despertar a consciência histórica dos estudantes. Levou-se em consideração a própria orientação de Rüsen quanto ao papel da transposição do conteúdo e sua relação de identidade e experiência dos grupos sociais:

[...] a consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que torna os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual. (RÜSEN Citado por GARCIA; SCHMIDT, 2005, p. 301).

No primeiro contato com a turma, depois de pré-definido o cronograma, foi feita a apresentação do programa e dos bolsistas. Como seguimento, apresentamos a temática a ser trabalhada a título de Patrimônio Imaterial. Com isso, ao longo da explicação, ao mesmo tempo, íamos colhendo informações sobre a história de vida desses estudantes, que se relacionavam com a temática, a fim de contribuir para a elaboração, ou se fosse o caso, até mesmo a reestruturação das atividades já definidas. Esse primeiro contato com a turma foi considerável para equipararmos se a proposta do projeto estava de acordo com a realidade dela, como também se fazia sentido para os alunos.

Começamos então, no segundo encontro com a turma, o exercício inicial com imagens. Essa atividade, em um aspecto geral, para nós seria uma atividade para assimilar qual seria a linguagem adequada para transpor o conteúdo. O propósito da atividade seria de que os alunos exercessem a rememoração dos diversos espaços de Minas Gerais. A sala foi dividida em grupos, e cada um dos grupos recebeu duas imagens de patrimônios de Minas Gerais. Tendo como suporte um roteiro, os alunos discutiram entre si o que sabiam sobre aquelas imagens: o perfil das pessoas retratadas, se eles conheciam o lugar das imagens, as alterações ocasionadas pelo tempo daqueles lugares, seus diferentes usos, etc. Após um tempo discutindo as imagens, os grupos iniciaram as apresentações, e posteriormente foi feita a conclusão, apontando considerações e retificações.

Procuramos fazer no encontro seguinte uma atividade que pudesse materializar o que vinha sendo discutido nas aulas. Decidimos, assim, seguir a sugestão da professora supervisora de fazer uma aula com um pilão. A ideia central da aula seria evidenciar as práticas culturais como parte integrante do patrimônio imaterial de determinados grupos sociais. A atividade com o pilão foi antecedida pela leitura coletiva que os estudantes fizeram do texto: “Existe ou não existe a chamada Mineiridade?”, do escritor Leonildo Miranda Araújo (2010), com o objetivo de, a partir da leitura do texto, evidenciar as diversas regionalidades e suas características marcantes, e, simultaneamente, destacar a construção da identidade regional. Após a leitura do texto, iniciou-se a atividade com o pilão, que consistia em um duplo movimento: enquanto um aluno colocava ingredientes

(para fazer uma paçoca de carne seca) no pilão, outro aluno relatava o que havia absorvido com a leitura, procurando finalizar seu relato na tentativa de responder ao título do texto.

A essa altura do projeto, começamos a perceber os frutos do planejamento e delineamento do projeto, de modo a receber um *feedback* positivo dos estudantes. O entusiasmo presente na participação deles nos demonstrou que a nossa preocupação com a dinamização das aulas tinha sua razão de ser. Afinal, eram eles os atores centrais do planejamento.

Na quarta aula do PIBID, levamos os estudantes para a biblioteca, local onde estavam à disposição os recursos de comunicação da escola, (como computadores, caixa de som, tela de projeção, etc.) para uso dos professores. Na biblioteca, demos aula expositiva conceituando o que é “patrimônio material”, “patrimônio imaterial”, suas diferenças e relações com a identidade e memória dos diversos grupos sociais, bem como suas variadas formas (móveis, imóveis, saberes, ofícios, lugares, etc.). Após a aula expositiva, para melhor ilustração aos estudantes, exibimos um videoclipe de um concerto dos cantores Marcos Viana e Paula Fernandes, interpretando a música “Pátria Minas”. Durante o vídeo, além da performance dos cantores, passavam várias imagens das formas de patrimônio imaterial. Ao final do vídeo, os alunos foram apontando os patrimônios que identificaram ou com que já tiveram contato.

Após finalizada a aula, os alunos foram orientados para um trabalho em grupo, que seria apresentado em sala de aula. O trabalho consistiu na escolha de um patrimônio imaterial, selecionado previamente. Os temas foram sorteados para os grupos, havendo possibilidade de negociação dos temas entre eles. O trabalho se dividia em duas partes, sendo a primeira uma pesquisa feita por eles, que se materializaria numa breve síntese escrita sobre o patrimônio em questão, além de uma seleção de imagens dos alunos. A segunda parte do trabalho seria uma exposição oral da pesquisa. Foi orientado aos grupos que o desenvolvimento do trabalho levasse em conta os seguintes critérios, para melhor aprofundamento do tema: história do patrimônio, sua relação com o tempo (mudanças e permanências) e a relação pessoal dos integrantes dos grupos com o patrimônio apresentado.

Dando sequência às atividades, para a aula seguinte elaboramos um jogo pedagógico cuja temática se relacionava aos conteúdos trabalhados. Para a elaboração

do jogo, nos apropriamos do modelo do jogo Perfil³, em que cada carta indicava um Patrimônio Imaterial. Esse jogo foi aplicado como forma de avaliação dos alunos, visto que os patrimônios contidos no jogo foram apresentados a eles durante as aulas. Para nós, o jogo serviu para medir o grau de assimilação da turma com relação ao conteúdo das aulas, pois, a partir daí pudemos dar continuidade ao planejamento, haja vista que a turma apresentara o domínio do conteúdo.

Chegado o dia da apresentação dos trabalhos, na sexta aula, a participação da sala, tanto do grupo que apresentava quanto dos ouvintes ocorreu de forma ativa. Curiosamente, a maioria dos integrantes dos grupos se dispôs a apresentar sobre os temas, observando-se que não houve exigência ou obrigatoriedade da participação de todos os integrantes, podendo os trabalhos ser apresentados por aqueles que se sentissem mais à vontade. No decorrer das apresentações, problematizações com relação às mudanças ocorridas ao longo do tempo, nas várias tradições que envolvem o gradativo desaparecimento dos patrimônios vieram à tona. Como meio de ilustrar e materializar os trabalhos, foi feita exibição de imagens e objetos, respectivos aos patrimônios expostos.

Por fim, o último dia com a turma foi dia de despedidas e agradecimentos de ambas as partes. Fizemos um lanche temático com a culinária mineira e houve apresentação musical de um dos alunos que cantou “Tocando em Frente”, composição de Renato Teixeira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do sujeito enquanto ser atuante no processo histórico está atrelado ao reconhecimento do ensino de história e da necessidade de uma abordagem que privilegie as experiências cotidianas dos alunos como parte integrante da própria História. É um processo de reconhecimento mútuo, do papel do ensino de história, e do papel do sujeito histórico. Sujeito que não opera no vazio, sendo sempre marca e rompimento daqueles que os antecederam e que estão presentes juntos a eles. Sujeito integrante da coletividade nas suas semelhanças e diferenças, o que lhe atribui condição de constituidor/constituído da vida em sociedade: um ser social.

³ Perfil é um jogo de tabuleiro de conhecimentos gerais desenvolvido pela empresa de produção e comercialização de brinquedos Grow.

Durante a nossa atuação no PIBID, em uma turma do EJA, foi precisamente esse olhar que procuramos lançar sobre os alunos. A temática sobre educação patrimonial nos possibilitou a chance de pôr em prática esse olhar, e aos alunos a possibilidade de se enxergarem sob nova perspectiva: a de produtores de culturas.

Ao trabalhar com uma turma do EJA, mantivemos em vista a própria função da Educação de Jovens e Adultos elaborados em torno de três eixos, que seriam: educação reparadora, educação equalizadora e educação qualificadora. A educação reparadora refere-se ao direito a educação de qualidade que antes lhe fora negado, e ao reconhecimento de todos os seres humanos possuírem acesso a bens reais ou simbólicos. Já a educação equalizadora busca promover igualdade de oportunidades, de oferecer novos meios de inserção no mercado de trabalho e de distribuição de bens, tendo em vista maior igualdade nas relações específicas da vida social.

Se as duas primeiras funções da educação do EJA respaldam a justificativa fundamentada no processo e ensino aprendizado que os jovens e adultos tiveram ao longo do processo histórico, procurando por em prática o princípio de igualdade, a terceira função procura visar à educação como objetivo de longo prazo:

Refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2002, p.18).

Portanto, mais do que uma educação que tenha por objetivo a inserção desses alunos no mercado de trabalho ou de reparação à falta de oportunidade a uma educação na faixa etária considerada adequada, mantivemos também como foco esta terceira função, na medida em que vemos o EJA também como possibilidade de esses alunos continuarem sua formação para o ensino superior. Muitos alunos manifestaram durante as aulas o interesse de continuar os estudos e ingressarem em uma faculdade.

Quanto à organização do tempo de aula, o que aparentemente para nós seria inviável, se tornou possível de se fazer. Minimizar o tempo de aula expositiva e privilegiar outras estratégias de ensino que envolvessem a participação dos alunos se tornou alternativa eficiente ao adequar a aula para realidade específica desses alunos. Essa minimização da aula expositiva não significou deixar a desejar em explicações do conteúdo, de problematizar o assunto, e desenvolver o raciocínio crítico deles. Essa estratégia nos proporcionou um aprofundamento na interação com os alunos, criando

entre nós uma relação mais dinâmica e ajudando a quebrar a tensão de ser a primeira experiência trabalhando com o EJA.

No que se refere ao uso de diferentes documentos em sala de aula, percebemos que, se utilizados de forma criteriosa e crítica, podem se transformar em valiosos instrumentos de ensino, dinamizando a aula e tornando-a mais interessante. Para que o uso desses documentos se torne significativo “[...] convém que eles facilitem a compreensão e tornem sua aula mais interessante, além disso, é uma forma de demonstrar ao aluno que esses registros do passado são variados e estão em toda parte.” (ALMEIDA et al., 2015,p.2561).

Outro aspecto que contribuiu para o avanço do projeto foi a temática escolhida: patrimônio imaterial, pois no decorrer das aulas foi possível notar nos alunos um reencontro com o seu passado e com pessoas (familiares) desse passado que já faleceram, mas que ainda permanecem em suas memórias. “Um passado muitas vezes esquecido e desvalorizado, mas importante na constituição da identidade social e cultural dos indivíduos.” (FIGUEIREDO, 2007, p.49).

REFERÊNCIAS

AIRES, Josilane Maria do Nascimento et al. Educação Patrimonial: Primeiras ideias. In: **Educação patrimonial: orientações ao professor**. 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011, p. 14-18.

ALMEIDA, Vivian Fernandes Carvalho de et al. **Usos Didáticos de Documentos no Ensino de História**. VII Congresso Internacional de História. XXXV Encuentro de Geohistoria Regional. UNICESUMAR: 6 a 9 out. 2015.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Memória, Patrimônio e Cidadania. In: **Educação patrimonial: orientações ao professor**. 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011. p. 19-21.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: Introdução. Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anexo II Edital Pibid nº /2012 CAPES: Detalhamento do Subprojeto** (Licenciatura). COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR: DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PRESENCIAL – DEB. 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>. Acesso em: 28 jun. 2017.

CAMPOS, Ronaldo. Dossiê Memória Viva: A História do IEMG. In: TELES, Ângela Machado (Org.). **Revista Pedagógica IEMG**. Ano 1, nº 01, Belo Horizonte, 2012. p. 8-13.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio Imaterial: saber fazer na história. In: **Seminário Ação Educativa**. Cultura e Educação: Parceria que Faz História. Belo Horizonte: Mazza Edições, Instituto Cultural Flávio Gutierrez/ Museu de Artes e Ofícios, 2007. P.46 -55.

FREIRE, Eliane de Castro Machado. Patrimônio Cultural e Educação: Breve Reflexão. In: **Educação patrimonial**: orientações ao professor. 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011. p. 10-11.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga; SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. A Formação da Consciência Histórica de Alunos e Professores e o Cotidiano em Aulas de História. **Cad. CEDES**, Campinas, vol.25, n.67, p.297-308, set/dez. 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio Cultural**. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 28 jun. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 28 Jun. 2017.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez (Org.). Série Reflexões sobre a Prática Pedagógica na Escola Plural. **Caderno 3 - Educação de Jovens e Adultos**: Relatos de uma Nova Prática. Secretaria Municipal de Educação, Belo Horizonte: SEGRAC, 1996.

VASCONCELOS, Maria Lucia. Planejamento e Ação Docente no Espaço da Sala de Aula. In: **Educação Básica**: a formação do professor, relação do professor-aluno, planejamento, mídia e educação. São Paulo: Contexto, 2012. p. 75-104.